
“Sociabilidade, direitos e cabeças raspadas: reconstruções de experiências sindicais rurais”

Autora: Fernanda Figurelli

Publicado em: Leite Lopes, José Sergio; Ciocari, Marta (orgs). *Narrativas da Desigualdade: Memórias, Trajetórias e Conflitos*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013. Pp. 77-103. ISBN: 978-85-74785-18-9.

Sociabilidade, direitos e cabeças raspadas: reconstruções de experiências sindicais rurais¹

M. Fernanda Figurelli

Uma lembrança era reconstruída frequentemente entre antigos *moradores*² de uma fazenda no Rio Grande do Norte quando contavam suas experiências de sindicalização antes do golpe militar de 1964: “rapavam a cabeça”, “como se fossem ladrões de galinha”, mencionavam mais de uma vez nas suas *histórias*. Entre expulsões, perseguições, fugas, tiros e encarceramentos, a raspagem de cabeça não se apresentava como uma questão menor. Pelo contrário, despontava como uma das sequelas mais citadas nos relatos.

Aquilo havia chamado minha atenção, não tinha compreendido ainda os significados que o fato de aparecer publicamente com a cabeça descoberta trazia. Quem tivesse sua cabeça raspada seria visto pelos vizinhos e parentes mais como um ladrão do que como um *lutador*, como poderia ser observado desde outras posições sociais. Cairia em completo desprestígio. Com isto, o mundo moral dos *moradores* entrava em jogo. A raspagem de cabeça colocava em primeiro plano a definição de reputações, a qual, se olharmos desde a perspectiva de Bailey (1971), também envolvia políticas cotidianas, valores compartilhados e relações pessoais. Tais fatores, centrais na hora de falar de uma comunidade nos termos do autor, eram parte do relato dos *ex-moradores*. As reputações faziam-se protagônicas na narração das suas experiências sindicais durante os períodos ditatorial e pré-ditatorial, gerando configurações particulares dos eventos que então ocorriam no país.

¹ Este artigo deriva da pesquisa de Doutorado que resultou na tese *Família, escravidão, luta: histórias contadas de uma antiga fazenda*, defendida em abril de 2011. E foi inspirado nas reuniões com meu orientador, professor Moacir Palmeira, a quem agradeço. Os erros que o artigo possa conter são de minha exclusiva responsabilidade.

² Neste texto uso itálico para conceitos, categorias nativas e ênfases.

A centralidade que os *ex-moradores* deram às raspagens de cabeça na reconstrução das lembranças sobre a sindicalização pôs em foco a importância que adquiria na ordem moral na qual viviam. Tornou-se claro que não era possível observar a política sindical daqueles anos sem levar em conta tal ordem moral.

Qual é a natureza daquela obrigação que impele os homens a dar, a receber e a devolver, pergunta-se Mauss (1971) a respeito das sociedades da Costa do Pacífico e de sistemas jurídicos antigos na hora de dar conta de fenômenos híbridos, compostos de elementos não só econômicos, mas também morais, políticos, domésticos, mágicos, jurídicos, estéticos, irreduzíveis uns aos outros. Neste texto eu gostaria de navegar na esteira desse grande legado com a intenção de trazer à luz imbricações que, seja por um olhar exotizante da comunidade ou por desconsiderar as especificidades em prol de uma generalidade, nem sempre são levadas a sério. Refiro-me aos entretecidos que os *ex-moradores* de uma antiga fazenda põem em jogo quando se referem às suas experiências de sindicalização como *trabalhadores rurais*, particularmente nos momentos que precederam o golpe militar de 1964.

Meu objetivo é centrar-me nos entrelaçamentos de valores morais, circuitos de reciprocidade, relações de vizinhança e familiares e a construção de novos direitos e posições institucionais que tinham lugar em uma escala mais ampla. Como assinala Palmeira (2009, p. 126), em um chamado a considerar a importância das relações pessoais em todos os níveis da atividade política:

[Trata-se] de ver como certas relações fundadas na reciprocidade, geradoras de obrigações entre pessoas, se articulam com as relações institucionais, vinculadas ao exercício de papéis sociais pré-existentes, e como ambos se influenciam mutuamente [...].

Tentarei mostrar como todos aqueles elementos entrançavam-se na vivência dos *moradores*, tornando vãos, neste ponto, os esforços analíticos para delimitar formas puras, para distinguir o que era do seu mundo e o que não era, o que era do mundo do direito e da legislação institucional e o que era da comunidade, das relações pessoais e dos valores “locais”. Nas reconstruções dos *ex-moradores* a moral, os direitos e outros elementos unem-se para dar lugar a híbridos e nos convidam a adentrar na análise, não a partir de maneiras dicotômicas ou delimitações em mosaico da “sociedade”, mas desde a experiência “contaminada” das pessoas.

Belém e o sindicato

A fazenda à qual me refiro, denominada Belém³, apresentava grandes dimensões. Delineava-se sobre um território que, no presente, faz parte de sete municípios. Pouco a pouco ela foi se desagregando até desaparecer. Grande parte das terras que a conformavam divide-se hoje em várias *comunidades* (termo com o qual seus habitantes referem-se a esses lugares) povoadas por um número considerável de *ex-moradores* que compraram ali pequenos terrenos. Um fragmento dela é atualmente um assentamento de reforma agrária chamado Jorge Fernandes, que resultou de uma ocupação organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus, município de referência da região na qual a fazenda Belém estava. Localizada ao sul do estado do Rio Grande do Norte, no Agreste, entre suas atividades principais estavam a produção de algodão e a criação de gado.

Além do dono (fazendeiro) e de sua família, na Belém viviam *moradores*, definidos como tais em função do vínculo particular com a propriedade (Palmeira, 1977). Como observa o autor a respeito da região canavieira no Nordeste do Brasil, os *moradores* recebiam uma *casa de morada*, o que supunha a possibilidade de *botar roçado*, no qual se plantava o necessário para o consumo familiar⁴. No caso da Belém podemos mencionar entre os cultivos de subsistência o milho, a fava, o feijão, a batata, a batata doce, a macaxeira, a mandioca e o inhame, entre outros. Os *moradores* também produziam algodão, que era o cultivo comercial e obrigatoriamente vendido ao

³ Neste artigo todos os nomes de pessoas e lugares foram alterados, mesmo quando citados por outras fontes.

⁴ Na fazenda havia trabalhos que posicionavam mais alto na hierarquia àqueles que os desempenhavam. O de *vaqueiro* era um deles. Os que faziam este trabalho também eram considerados *moradores* da Belém, no entanto ligavam-se ao patrão por um mecanismo diferente do dos demais. Como assinala Johnson (1971), o vaqueiro não devia nenhum tipo de contribuição ao proprietário e era o mais endinheirado dos *moradores*. Cuidava do gado do fazendeiro e recebia *sorte* (uma percentagem do gado nascido) como forma de pagamento, o que lhe conferia a possibilidade de ter seu próprio gado. Outro lugar no alto escalão era o de quem administrava os armazéns do proprietário. Tanto este como os vaqueiros e outros trabalhadores versados em determinada especialidade (carpinteiros, ferreiros, etc.) não deixam de ser *moradores*. Como os demais, têm uma casa nessa propriedade e exercem a atividade agrícola (se bem que a oportunidade de dispor de mais dinheiro lhes permite pagar trabalhadores para tanto). Tal como Johnson observa na fazenda de Ceará, no caso da Belém nenhuma dessas especialidades de mais alta hierarquia excluía a atividade agrícola. Finalmente, outra figura central na estrutura da fazenda é o *administrador* do proprietário, que não é considerado *morador*. Entre outras tarefas, este se encarregava de supervisionar os moradores. Na Belém, menciona-se um administrador geral e outros *capangas* que se distribuíam ao longo da propriedade. Para fazendas de gado no Nordeste do Brasil, ver, entre outros, Cascudo (1956), Johnson (1971), Bastos (s/d), Almeida e Esterci (1977a, 1977b).

fazendeiro. Em menor quantidade criavam galinhas, perus e guinés, às vezes cabras, ovelhas, porcos e bodes e, mais excepcionalmente, gado bovino. Como contrapartida pela *casa*, os *moradores* da Belém deviam dar ao proprietário um dia de trabalho gratuito todas as semanas (a *diária*) e anualmente pagar um *foro*⁵.

O dever de trabalhar gratuitamente para o proprietário é um elemento fundamental do *sistema de morada* e Belém não era exceção. A dita obrigação conformava um mecanismo que, como assinala Heredia (1986), garantia às grandes propriedades rurais não só a mão de obra necessária, também a reprodução dela⁶. Para descrever o sistema no qual viviam, os *moradores* da Belém utilizam a categoria *escravidão* e, às vezes, a de *cativeiro*. Não me deterei nos sentidos que tais categorias evocam, nem nas análises feitas a respeito por outros pesquisadores (ver Figurelli, 2011), simplesmente as utilizarei neste texto para fazer referência ao *tempo* que, de acordo com os antigos *moradores*, já não existe na Belém, e que, de acordo com vários daqueles que foram parte do sindicato, deixa de existir a partir deste último.

Em 1961 os *moradores* começaram a participar do processo de sindicalização que ocorria em diferentes estados do Brasil. Essa participação deu-se a partir da criação, durante esse mesmo ano, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus, um dos primeiros sindicatos surgidos do trabalho de sindicalização rural empreendido na década de 1960 por atores vinculados à Igreja Católica do Rio Grande do Norte. O Serviço de Assistência Rural (SAR) foi fundado no final da década de 1940 como um órgão que permitiu estender o trabalho social eclesiástico ao meio rural, o que ocorreu em um contexto de reconversão da Igreja Católica, até então aliada aos interesses dos proprietários rurais (Cruz, 2000). Na década de 1960 criou-se no seio do SAR um setor de sindicalização rural do qual participaram “padres, estudantes de Direito e Serviço Social, advogados, professores e leigos, todos ligados à Igreja” (Cruz, 2000, p. 66). De

⁵ Em relação à Zona da Mata do Nordeste, de plantação canavieira, Sigaud (1971, 1979), Palmeira (1977) e Heredia (1986) distinguem o *morador de condição* (ou simplesmente *morador* em Alagoas) do *morador foreiro*. Além da *casa de morada*, o foreiro recebia um *sítio*, o qual constituía um “prêmio” dado pelo proprietário ao “bom *morador*” (uma parcela maior e mais distanciada da sede da propriedade que permitia a criação de animais, maior produção, assim como a plantação de árvores, que ligavam o morador à terra de modo mais permanente). Diferente do *morador de condição*, que era obrigado a trabalhar para a propriedade uma determinada quantidade de dias na semana (o que era chamado de *condição*), o *morador foreiro* dava *cambão*: trabalhava gratuitamente para a propriedade no mínimo uma vez por ano, por um período de aproximadamente vinte dias. Além do *cambão*, todo final de ano devia pagar um *foro*.

⁶ Para compreender as relações sociais de *morada* em diversas regiões do Brasil e as sutilezas implicadas nas suas formas específicas de dominação, ver, entre outros, Sigaud (1971, 1979), Palmeira (1977, 1979, s/d), Heredia (1986), Bastos (s/d).

acordo com a autora, diversas organizações vinculadas à Igreja, como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Escola de Serviço Social, as paróquias, o jornal *A Ordem* e a Emissora de Educação Rural, entre outras, integraram o incipiente trabalho de sindicalização. Tudo isso contribuiu para que, no Rio Grande do Norte, a Igreja imperasse entre as demais forças políticas que atuavam no campo e disputavam a hegemonia do movimento, tais como a Liga Camponesa e o Partido Comunista Brasileiro.

O trabalho de fundação de sindicatos associados à Igreja concentrou-se no Litoral e estendeu-se depois às demais regiões do estado (Cruz, 2000). Em maio de 1962, ano em que foi criada a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, o sindicato de Bom Jesus obteve o reconhecimento oficial do Ministério do Trabalho, que entregou cartas sindicais aos sete sindicatos até então criados por este movimento (Jornal *A Ordem*, 19 e 20 de maio, 1962, p. 8). No final de junho do mesmo ano tais entidades convocaram eleições. Também durante estes anos, e a partir da criação do sindicato de Bom Jesus, fundou-se a *delegacia sindical* da Belém. Como explicou Jorge Fernandes, um destacado líder sindical que teve grande participação na sindicalização na Belém e cujo nome foi dado ao assentamento já mencionado, na década de 1960 a organização sindical se dava por meio da fundação de sindicatos e *delegacias*:

O sindicato tinha cinco, seis municípios, que eram delegacias, que organizavam os trabalhadores lá em delegacias do sindicato de tal lugar. À medida que ia se formando o processo, iam se desvinculando do sindicato: você tinha uma delegacia sindical e a delegacia ia preparando um processo de sindicalização.

De acordo com ele, a cidade de Bom Jesus converteu-se em lugar de reuniões de *trabalhadores* durante o período de fundação do sindicato. Com poucos participantes no começo, tais encontros foram gradualmente se ampliando, de modo tal que a pequena casa que a princípio serviu de sede ao sindicato mais tarde deixou de ser o lugar onde, todas as segundas-feiras – dia em que os *trabalhadores* do campo dirigiam-se para a feira na cidade – eles se encontravam. As reuniões passaram a ser na sede do cinema. Ao longo do processo, os *trabalhadores* da Belém foram se aproximando das assembleias e os líderes sindicais começaram a convidá-los e a fazer reuniões dentro da fazenda para motivá-los a ser parte da organização. Até que um dia, observou Jorge

Fernandes, um deles associou-se e a partir dali “foram se associando, e quando tinha bastante gente em Belém sindicalizada, aí foi quando começou se tomar posição em Belém. Tomava-se posição nas assembleias do sindicato, e nós íamos para Belém tentar fundar a delegacia”. Pouco a pouco, os problemas da Belém foram ganhando as reuniões do sindicato. Belém era considerada um dos maiores *latifúndios* do estado e seus proprietários tinham o poder político da região. Ela apresentava-se como um símbolo de poder que, com a ação sindical, ia se transformando em um símbolo da *luta* e da *resistência*.

Assuntos, falas e sociabilidades

Se olhássemos para esse mundo institucional que estava nascendo sem ter em conta as relações familiares, de vizinhança e de parentesco dos *moradores*, correríamos o risco de perder de vista os significados que os processos de sindicalização e de repressão política tiveram para as pessoas do lugar, não só para aqueles que se incorporaram diretamente à sindicalização, também para os que não o fizeram. Penso especificamente nas mulheres da Belém e nas suas vivências destes eventos, as quais seriam facilmente apagadas se desatendêssemos àquelas relações. Comerford (2003) permite-nos ver a importância desse tipo de relações no sindicalismo rural e coloca em primeiro plano aspectos geralmente descuidados em pesquisas sobre a questão.

A repressão e a perseguição nos processos de sindicalização no campo não foram acontecimentos alheios às mulheres da Belém, como também não o foram para muitos dos vizinhos do lugar que não estiveram diretamente envolvidos. No entanto, se privilegiamos os aspectos institucionais e consideramos unicamente as participações relevantes desde esta perspectiva, tais eventos tornam-se exclusivamente masculinos. Faz-se necessário então destacar que fora das posições institucionais e das relações e processos mais visíveis abre-se um mundo pessoal e cotidiano, o qual, na hora de pensar sociologicamente a sindicalização em Belém, não se visualiza imediatamente. Não é fácil que quem não esteve formalmente envolvido se habilite para falar do tema, apesar de tê-lo vivido desde um âmbito diferente, como aquele das relações de vizinhança. No caso das mulheres, não se sentem autorizadas para se referir a isso se o que está em jogo

é uma *entrevista*, ou qualquer outra situação não definida por relações pessoais, embora isto não seja exclusivo das questões que aludem ao sindicato.

Meu primeiro percurso pelo assentamento Jorge Fernandes me ofereceria uma experiência que depois se reiteraria. Antônio de Ribeiro não estava quando chegamos com Evandro à sua casa. Evandro foi presidente da associação do assentamento e é filho de Gregório, antigo *morador* da Belém e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus. Por sua vez, Antônio de Ribeiro também é um antigo *morador* da Belém que durante a década de 1960 participou das atividades sindicais, foi perseguido na ditadura e teve de fugir para São Paulo. Naquela ocasião nos atendeu sua esposa Fátima e, como Antônio não estava, sugeriu que voltássemos mais tarde para encontrá-lo. Soube nesse momento que, além de ser antiga companheira de Antônio, Fátima era do lugar, e esses dados despertaram meu interesse em conversar com ela. Fátima deixou entrever, em comentários, que era a namorada de Antônio na época em que ele teve de partir para São Paulo por causa das perseguições, e pareceu-me fundamental aquela conversação.

No entanto, minha proposta encontrou algumas reticências, tanto por parte dela quanto de Evandro. Este último não via relevância em entrevistá-la e lhe parecia melhor que falasse mais tarde com Antônio, que me daria um relato mais completo. Fátima, por sua vez, me disse não se lembrar daquilo que eu perguntava e que era Antônio quem sabia do tema, pois ele estava vinculado ao sindicato. Minhas perguntas relacionavam-se com o fim, durante o período de sindicalização, do trabalho gratuito que os *moradores* faziam para o proprietário e com as perseguições durante a ditadura. Disse a Fátima que, além da experiência de seu marido, também o que ela vivera com a partida dele era importante para meu trabalho e voltei a lhe pedir que me contasse sobre isso. Mesmo respondendo que não sabia contar bem esse assunto e não se lembrava direito, acedeu ao meu pedido. Nos fez passar para a sala da sua casa e começou a narrar.

Seu relato surpreendeu-me pela quantidade de detalhes e lembranças. Contou longamente a sua vivência da fuga do marido, como também as experiências que desde pequena teve nas terras da Belém. Diante daquele vasto relato ficou claro que a recomendação colocada no Antônio não se referia tanto ao que um ou outro recordasse ou soubesse sobre o tema das minhas perguntas, mas a posições sociais, a um lugar que correspondia a Antônio ocupar, não a Fátima. Antônio era considerado o contador dessa *história*, que já havia sido relatada anteriormente a outras pessoas. De acordo com eles,

ele não somente a havia vivido, também tinha a arte necessária para narrá-la. Por outro lado, Antônio era um homem, e eram os homens que, de preferência, tomavam a palavra em situações públicas como as que se constituíam durante a situação de entrevista, na qual alguém *de fora* fazia perguntas que seriam conhecidas *fora* dali.

O que ocorreu com Fátima repetiu-se com várias outras mulheres. Elas aconselhavam-me a falar com seus maridos ou vizinhos, que poderiam me explicar melhor sobre reuniões de sindicato e assuntos correlatos. No entanto, ao mesmo tempo em que me fizeram essa recomendação, e sempre depois, também foram eloquentes sobre os assuntos que diziam não conhecer com detalhes.

As relações de gênero afetam os relatos sobre sindicatos de trabalhadores e as normas de comportamento feminino e masculino no lugar nos oferecem, assim, um primeiro panorama do tema: sindicato é idealmente um assunto de homens. Se deixássemos a pesquisa neste nível, veríamos do sindicato aquilo que toca às relações mais formais, nas quais os homens têm um lugar de destaque. Veríamos nele um mundo masculino. Porém, se dermos mais um passo e considerarmos a fala em voz baixa das mulheres, aquela que acontecia uma vez aclarado quem seria ou seriam a/s pessoa/s adequada/s para falar do assunto, veremos que ele não é distante para elas, mas parte das suas experiências. Se em um primeiro momento parece que as mulheres não têm lugar na *história da luta* (modo como os participantes do sindicato referem-se às experiências vinculadas a ele), essa impressão se desfaz quando vamos além e consideramos os aspectos da sindicalização que incorporam o mundo da vizinhança e do parentesco. Esses relatos *velados* das mulheres (Abu-Lughod, 1999) mostram-nos uma vivência que ficaria oculta se nos ativéssemos aos aspectos institucionais da *luta*. Tais vivências superam o institucional para entrar no âmbito das relações entre vizinhos/as, familiares e parentes.

Com as mulheres, relações diferentes cobram centralidade para pensar a organização sindical. Chegados/as neste ponto é possível ver, aliás, que o protagonismo que as formas de sociabilidade da Belém tomam nos relatos sobre o tema não é exclusivo delas. Quando me pergunto o que é que reconstroem as pessoas do lugar sobre as suas experiências de sindicalização na década de 1960, aparecem diante de mim suas vivências de novas normas morais, ligadas à *lei*, ao *direito* e à *luta dos trabalhadores*, que se entrelaçam com todo um sistema de valores e práticas em que não é possível perder de vista as formas esperadas e cotidianas de comportamento e de

relação entre os/as habitantes da Belém, seus circuitos de reciprocidade e o sistema de *morada* que regulava as suas relações com o patrão. Para mostrar o entrelaçamento recorro à experiência de dois antigos *moradores* da fazenda, Antônio e Manoel de Bete, ambos recomendados para falar do tema, tanto por seus vizinhos quanto por líderes sindicais que não eram dali, mas que estiveram ligados com o ocorrido no lugar. Interessa-me observar que na reconstrução das suas experiências confluem diferentes vivências: femininas, familiares, de vizinhança e institucionais. A partir dessa confluência, os eventos que compõem os relatos sobre a organização sindical no lugar se aproximam do reconhecimento, não só dos/as entrevistadores/as e leitores/as “de fora” interessados pela história da luta sindical, mas também de vários habitantes da Belém.

A luta começa

“Olha, vou falar. Já tá gravando, não está? Quando começou a história da nossa luta aqui, que eu vim me entender, que eu entrei na luta. Eu nasci em 1940, com 15 anos eu já comecei”, expressou Antônio no início da sua fala. Ao lhe perguntar se havia trabalhado para o proprietário, falou-me da sua *entrada na luta*:

Ave Maria, que meu pai trabalhou o tempo todo, até acabar o cambão; só ia uma pessoa na casa, e eu ia ainda, os dias que meu pai não ia ele mandava eu, até um dia que eu fui e começou a *raiva* dele [do fazendeiro], que eu peguei *revolta* com ele e entrei nessa luta por causa disso.

A *entrada* de Antônio *na luta* traz à tona um momento de *entendimento* que acontece aos 15 anos, no qual sai da esfera do trabalho familiar e vincula-se diretamente ao proprietário e ao trabalho obrigado que ele impunha. Tal entrada também traz situações de enfrentamentos cara a cara com o patrão e sentimentos, como a *raiva*, que fazem das relações pessoais um elemento central no começo da sua participação sindical.

Antônio contou-me que nessa ocasião o seu pai estava doente e lhe disse: “Não vou trabalhar hoje, vai para o finado Tozé [o antigo proprietário da fazenda]”. Quando chegou foi limpar palma: “Uma fome danada, chovendo, mato grande. Aí, eu peguei

uma carreira aqui, 30 homens trabalhando”. Em um dado momento, Antônio se descuidou e com sua enxada cortou um broto de palma. Ao ver aquilo, “o velho”, o “dono da terra” que estava ali, exclamou:

- Ehhh, mande esse rapaz aqui!
- Antônio aproximou-se, e o dono lhe perguntou:
- Você é filho de quem?
- Eu sou filho de Seu Joaquim.
- E por que seu pai não veio?
- Porque ele está doente.
- E você estava cego, que não viu o pé de palma, não? Meteu a enxada e cortou? Seu cabra safado!
- O senhor me *respeita*, respondeu Antônio. E o dono concluiu:
- Onde estou eu que não lhe dou uma lapada! Vai se embora trabalhar!

Mas Antônio voltou a cortar outra planta: “Eu descuidei, chovendo, a enxada pegou de novo outra palma”. O velho viu e gritou:

- Eeehhh, venha se embora, venha cá, venha depressa, depressa!
- Antônio aproximou-se novamente, e o patrão disse:
- Olha [...] eu quero lhe bater, cabra safado!
- O senhor tem filhos, vai bater no seu filho, em mim não, respondeu Antônio.
- Aí, você cortou o pé de palma, cabra safado! Vai se embora, vai se embora agora mesmo!
- E Antônio reiterou:
- Eu vou embora, agora, o senhor bater em mim, não. O senhor tem *direito* a mandar eu embora, agora, a bater em mim, não. *O senhor não é meu pai.*

Quando explica o porquê da sua entrada na *luta*, além de pôr em questão o trabalho gratuito para o proprietário quando menciona o controle constante deste último, a chuva, a fome, a obrigação de que, mesmo em caso de doença do pai, alguém da família fosse trabalhar e outras dificuldades ligadas a um trabalho pesado e insatisfatório, Antônio destaca certos valores – como o *respeito* e o impróprio da ameaça de bater no filho de outra pessoa – que estavam sendo violados.

“E desse dia eu comecei. Aí comecei minha luta, avisando ao povo e dizendo ao povo”, observou Antônio. Esse episódio marca para meu interlocutor um começo que teve seu auge com a fundação do sindicato: “Com o *tempo do Seu Gregório*, com o *tempo do Jorge Fernandes*, com o *tempo meu e dos amigos*, na época, em 1962, aqui, nós fundamos o sindicato”. Aquilo representava uma ruptura, o *tempo* havia deixado de

ser dos *escravos* para ser do sindicato e de cada um deles, daqueles que haviam iniciado a *luta*.

“Foi de 1962 para cá.” De acordo com Antônio, esse foi o *tempo* em que Jorge Fernandes se fez presente no lugar e começou a promover reuniões explicando o que era o sindicato. A *luta* começou com 18 pessoas. Pouco a pouco, os habitantes da Belém aderiram e fizeram crescer o sindicato em Bom Jesus. Sua sede foi estabelecida em um terreno doado pela Igreja, onde continuava até 2012. Na sede havia somente uma mesa e algumas cadeiras de madeira. Era difícil obter dinheiro para comprar lápis e papel e registrar as pessoas que se associavam e também era difícil lidar com essa linguagem escrita na qual era preciso elaborar as listas de nomes e de números de identidade, especialmente pelo fato de muitos deles não estarem alfabetizados.

Não foram apenas os protagonistas das reuniões do sindicato e da sua fundação que recordaram esses episódios. Vários outros habitantes da Belém o fizeram. Tanto Vilma como seu marido Ivaldo Vera, que hoje vivem no assentamento Jorge Fernandes, *moraram* desde pequenos em uma *comunidade* da Belém chamada Lagoa da Montanha. Quando lhes perguntei sobre a fundação do sindicato, sobre a época em que eram feitas reuniões sob a sombra dos cajueiros naquela *comunidade* da Belém, ambos lembraram-se do que eu estava perguntando. “Eu lembro tudo, a reunião com Manoel...”, respondeu Vilma me surpreendendo, já que na conversa que havíamos tido, antes de entrevistar seu marido, ela havia mostrado desconhecimento sobre o tema e sugerido que eu conversasse com Ivaldo. Este último acrescentou:

- Manoel de Bete [...] Jorge Fernandes...
- Nesse tempo, ele [Manoel] morava do outro lado do rio e nós debaixo do cajueiro, prosseguiu Vilma.
- Porque eu assisti muita reunião com Jorge Fernandes, Manoel de Bete, José [...], que é primo da gente, ainda, e um bocado de gente assistia nessa reunião, lá na beira do rio, embaixo do pé de (cajueiro), observou Ivaldo.
- E falavam o quê nas reuniões, perguntei.
- Falavam da reforma agrária, respondeu Ivaldo.
- Falavam em sindicato, acrescentou Vilma.
- Falavam em sindicato, afirmou Ivaldo.
- Falavam que ia aparecer para tudo mundo a reforma agrária. Que tem o direito, os trabalhadores têm o direito, continuou Vilma.
- Falavam até que conseguimos, concluiu Ivaldo.

Nessa época, Ivaldo, dez anos mais velho do que Vilma, era solteiro e Vilma ia às reuniões com seu pai. Foi o momento em que começaram a fazer a *carteirinha do*

sindicato, a pagar à entidade e a adquirir os *direitos* que hoje o *trabalhador* tem. “O sindicato era um documento bom para a gente, para todo mundo”, explicou Vilma. E seu marido acrescentou: “O sindicato é um documento para o negócio de ter que se aposentar, um documento para o negócio de terra, para o negócio do cabra que está doente e tem que ir no hospital”.

Entrar no sindicato e adquirir *direitos* são atos que se concretizam em um documento, cuja *materialidade* se torna, desse modo, central (e explica o fato de se enterrar a carteira sindical durante os momentos de maior perseguição dos *moradores* sindicalizados). O reconhecimento social torna o documento fornecedor de direitos; ele comunica e não somente de um modo referencial, possui uma *força ilocucionária* que constitui a cidadania de quem o possui (Peirano, 2006). Deste modo, na Belém o reconhecimento social da carteira sindical permitia que esta constituísse as pessoas que a possuíam em *trabalhadores rurais* com *direitos*.

A chegada do sindicato vincula-se à chegada dos *direitos*, e esta chegada marca um antes e um depois (Sigaud, 1971, 1979). Para os habitantes da Belém, o sindicato falava, entre outras coisas, sobre os *direitos do agricultor*, do *trabalhador*, os quais se materializavam em um *documento*. O “tempo em que começou o movimento sindical” diz respeito à entrada no mundo dos direitos, da lei e dos documentos, um mundo que ajudou a questionar muitas das normas que regulavam as relações com os patrões. Era algo novo ao qual foi necessário acostumar-se. Os patrões “não queriam abrir mão” e não foi simples fazer desses *direitos* e *documentos* um *costume* ou uma *mudança na sabedoria*. Eles reagiram contra o sindicato e contra os trabalhadores que se filiaram à organização. De acordo com os trabalhadores, os fazendeiros alegavam que o sindicato era de *comunistas* – palavra que entre os *moradores* da Belém adquiria um tom altamente pejorativo – e queria *tomar* ou *invadir* as terras que não lhe pertenciam. Foi com esse argumento que atacaram a *luta* pelos *direitos dos trabalhadores rurais*.

“Jorge Fernandes dizia que o sindicato não era para tomar a propriedade deles, era um *direito* da gente pagar seus direitos e ter direitos”, contudo, naquela época os patrões não entenderam e interpretaram que o sindicato queria tomar suas terras, observou Antônio. Apesar das perseguições e das expulsões da propriedade por parte dos fazendeiros, os *moradores* conseguiram continuar naquelas terras e manter seus *direitos*, o que, de acordo com Antônio, não foi aleatório: “E nós estamos aqui graças a Deus e a nossa luta, isso foi nossa luta”. Nessa *luta*, ele se apresenta como um de seus

fundadores mais antigos, e compartilha esse lugar com *amigos* que ainda estão vivos, entre eles Jorge Fernandes e Manoel de Bete.

Antônio foge

A chegada do golpe militar de 1964 ou, como mencionam com maior frequência os *moradores* da Belém, da *Revolução*, marca uma diferença no tipo de episódios contados por eles. Apesar de os acontecimentos prévios ao golpe referirem-se a ofensivas dos proprietários, também falavam sobre defesas diante das ofensivas, bem como de investidas por parte dos *trabalhadores*. Falava-se de enfrentamentos entre trabalhadores e proprietários. Para os *ex-moradores* que haviam se sindicalizado era um tempo de liberação da *escravidão*. Mas para se referir ao golpe os relatos começam a mudar, e os enfrentamentos a ceder lugar às perseguições, às prisões, às fugas, às cabeças raspadas.

Eu já havia entrevistado Antônio de Ribeiro e, antes dele, sua esposa Fátima. Passado um tempo, Teresinha, a esposa do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus – na casa de quem me hospedei –, contou-me que estivera conversando com Antônio, seu vizinho. Nessa ocasião perguntou-lhe se havia me falado sobre seu casamento e sobre a demolição da sua casa, e ele respondeu que não tinha me contado muito sobre “essa parte”. Teresinha propôs, então, me acompanhar um dia à casa de Antônio para que ele aprofundasse esta questão. Era algo pelo que ela também havia passado: ainda que a sua casa não tivesse sido demolida, precisou ir embora dali.

Teresinha e outros vizinhos de Antônio sabiam a sua história. Alguns, que haviam demolido a sua casa; outros, que precisou ir embora. Também sabiam dos demais *trabalhadores* que, nessa época, foram presos e perseguidos. Nada disso lhes era alheio. Antônio precisou *fugir* para São Paulo quando estava para se casar. “Eu vi a hora dele sair e não chegar em casa”: foi desse modo que Fátima, sua esposa, introduziu o assunto, sobre o qual ambos falaram, com detalhes.

Antônio era um jovem de cerca de 20 anos e estava para se casar. Havia pedido um terreno da Belém, em Lagoa da Montanha, ao proprietário. Este havia cedido e Antônio começou a construir a casa onde viveria com Fátima. Essa casa não durou

muito: com toda a *raiva* que teve de Antônio por causa da sua participação no sindicato, o proprietário ordenou a demolição. Antônio perdeu sua casa.

Episódios como esse também foram contados por outros *ex-moradores*, como Manoel de Bete. “Aqui não tinha *confiança*”, observou Manoel e me falou sobre um rapaz que estava para se casar e que havia feito uma casa na margem do rio, uma casa de barro. O proprietário havia permitido a construção e lhe autorizado a *botar roçado* onde quisesse. No entanto, com rifle e revólver, ele e seus capangas foram um dia até aquela nova casa e a botaram abaixo.

“Por que fizeram isso?”, perguntei a Manoel. “Por quê? Por ruim, porque o safado [referindo-se ao proprietário]... que ele não foi dizer a ele que ia fazer a casa lá; ele fazia o roçado onde queria, mas a casa, ele não foi falar que ia fazer a casa nesse canto”, explicou.

“Eu achei duas balas de revólver ali, ainda tenho.” Se o jovem e sua família estivessem na casa naquele momento, o proprietário os teria matado, afirmou Manoel. “Aqui, minha filha, tinha que ter *paciência* e *coragem* [...] Em todo canto saía para matar a gente, botar a casa abaixo”, observou.

Gregório também falou sobre o tema e mencionou a dificuldade de se construir casas na Belém naquela época: “Eu me casei em [19]64, em 65, e naquele tempo a casa era de taipa, fazia essa casa com trabalho, e o proprietário de jeito nenhum queria que fizesse essa casa na sua propriedade”. “Esse tempo foi difícil”, acrescentou. Teresinha falou sobre o assunto. Quando ela se casou com Gregório continuou morando na mesma *comunidade* da Belém, mas em uma casa na margem do rio. Mais tarde o proprietário os expulsou dali e chegou até mesmo a derrubar algumas casas, como a do irmão de Gregório.

Passei uns dez anos morando na beira do rio, foi o tempo que Josias Melo [o proprietário] não quis mais ninguém lá, na beira do rio. Aí: “Eu vou para onde?” Eu chorava todo dia para não sair da beira do rio. Eu não queria sair, era tão bom minha casa, assim, bem bonitinha, observou Teresinha.

Então, seu marido “botou uma questão na Justiça” e, graças à *ajuda* de um *tio* que atuava na Aeronáutica, Gregório e seu pai ganharam dez hectares em outra *comunidade* da Belém, que pertencia ao mesmo proprietário, para onde se mudaram posteriormente.

O sistema de *morada* começava a se decompor. A *casa* é um elemento fundamental desse sistema. Representa não só o lugar onde se habita, mas o fundo da casa onde os *moradores botam roçado* e plantam os produtos para sua subsistência, assim como supõe uma relação específica com o dono da propriedade (Palmeira, 1977). A *casa* também implica possibilidade de alcançar a maioria, quer dizer, de se casar, adquirir casa e roçado e deixar de depender do pai (Heredia, 1979; Garcia Jr., 1983). Não surpreende então que esta se torne uma referência fundamental na reconstrução dos episódios que se desenrolavam naquele momento. A casa converte-se em um centro de disputas entre proprietários e *moradores*, envolvendo demolições, expulsões e negações aos pedidos de *morada*, que até então eram parte das normas de convivência.

“Eu vi a hora dele sair e não chegar em casa” tinha dito Fátima a respeito da fuga de Antônio. As relações de *moradia* haviam se quebrado e ele já não podia voltar ao que era do fazendeiro. Além de centro das disputas, a *casa* também é um lugar recorrente quando os *moradores* invocam determinados valores morais. Assim, a expressão “ser um homem da casa” à qual, como veremos adiante, Manoel de Bete apela constantemente no seu relato, não tem importância menor se levarmos em conta os significados que a *casa* põe em jogo no sistema de *morada* (que, como observamos, envolve o trabalho, as relações com o patrão e as relações familiares).

Retomemos a experiência de Antônio. Ele perdeu a casa que havia construído. Não foi somente isso, teve de ir embora e não pôde voltar por anos. Na noite em que se foi, lembrou Fátima: “Pegaram o compadre Zé Silva [outro *morador* sindicalizado da Belém], pegaram Manoel de Bete e aí disseram: ‘Vamos matar Antônio de Ribeiro’”. Antônio estava na casa da moça que, na época, ainda era a sua namorada. O irmão de Fátima havia presenciado o momento em que a polícia levou Zé Silva e soube ali que levariam o *povo do sindicato*. Como o irmão não era do sindicato pôde correr até a casa de Fátima e prevenir Antônio.

“Aí chegou meu cunhado e disse: ‘Antônio, tu corre, que já pegaram o Zé Silva’, que foi esse que levou o tiro no pé. Estavam pegando meus *amigos*, né?”, observou Antônio. Dispararam no pé de Zé Silva e o levaram preso. Manoel de Bete também foi para a prisão. Trataram os *agricultores* que *lutavam* por seus *direitos*, os *trabalhadores*, “como se fossem ladrões de galinha” e raspavam a cabeça de ambos, expondo-os a uma grande humilhação. De acordo com Antônio, os proprietários queriam provocar *medo*,

queriam que a *luta* terminasse, porque “o patrão pensava que nós do sindicato era para tomar a terra dele”.

Não conseguiram prender Antônio, que *fugiu* à noite. Ele contou que quando seu cunhado chegou correndo e muito assustado para avisar o que estava acontecendo, sua namorada lhe disse: “Antônio, vai se embora, vai, que vão te pegar e vão rapar tua cabeça também e vão te dar uma pisa e vão tirar você por aí”. Já haviam estado em sua casa, em Lagoa da Montanha, mas Antônio não estava. Eram 7h da noite, observou Fátima, estava escuro, naquela época não havia energia elétrica. Antônio lembrou que depois daquilo foi até a sua casa e encontrou sua mãe, que lhe disse: “Vai-se embora, menino”. Ele não tinha dinheiro e ela lhe deu todos os bens que poderiam lhe servir. Antônio juntou então a sua roupa, a colocou em uma sacola e seguiu para Lagoa do Verão, outra *comunidade* dentro da fazenda, onde *moravam* sua irmã e seu cunhado.

De acordo com Fátima, seu marido correu de noite pela margem do rio. Se o tivesse feito pelo caminho principal, teria sido interceptado. “Onde é que tu vais?”, perguntou-lhe sua irmã quando ele chegou ali. “Vou embora”, respondeu Antônio e contou a história. “Mas não tenho dinheiro”, acrescentou. Sua irmã que, nesse tempo, *negociava* em Bom Jesus, tomou uma carteira que tinha guardada e lhe deu seu dinheiro. Como observou um líder sindical do estado do Rio Grande do Norte: “[diferentemente de outros sindicalistas] O Antônio não teve essa proteção da Igreja para fugir, para sumir, aí foi a *proteção* mesmo da família”⁷.

Antônio pediu então a seu cunhado: “Vai comprar passagens em Bom Jesus”. A cidade ficava perto de Lagoa do Verão. Seu cunhado foi e, quando retornou, lhe disse: “Não tem mais passagens, não, só tem uma passagem para vender agora, para você ir lá a Natal, à rodoviária velha”. “Então, quero”, respondeu Antônio.

Antônio foi. Quando chegou à rodoviária velha de Natal comprou uma passagem para São Paulo. “Vou embora”, disse. Não sabia para onde iria.

Teve de ir embora e não pôde se casar naquele momento. “Fui para São Paulo para não ser preso aqui, que raparam a cabeça, da Revolução, que diziam que eu era comunista. Fugi para São Paulo, passei lá um bocado de tempo. Quando acabou, eu voltei e estou aqui até hoje.” Depois, casou-se com Fátima: “Eu nem esperava mais ele”, observou ela. “Aí ele chegou e deu certo, nos casamos.” Há poucas referências na

⁷ A citação é parte de uma entrevista do projeto Memória Camponesa e Cultura Popular com Antônio de Ribeiro, feita por Moacir Palmeira.

reconstrução de Antônio (e de seus vizinhos e familiares) sobre seu período em São Paulo.

“E quando o Antônio foi embora, os patrões não vinham aqui?”, perguntei à Fátima. “Não, não vinham não. Depois que esses três saíram, eles não vieram, porque os proprietários antigamente tinham *raiva* do sindicato porque ele dava *direito* ao agricultor, e eles não queriam que o *trabalhador* tivesse direito”, me respondeu.

No entanto, e de acordo com Fátima, quando Antônio voltou, o “*sofrimento* para ele” continuou. “Ficaram com raiva dele e foram um dia dar uma surra nele, mas nesse dia ele não estava em casa, mas também não mexeu com ninguém de casa.” Antônio se refugiou, então, na casa da sua tia durante certo tempo e depois na de sua irmã, em Lagoa do Verão. Ele contou que ao voltar teve cinco anos de *questão* com o proprietário das terras onde *morava*, pela demolição da sua casa. “Aí eu decidi que não queria mais a questão, mas depois o patrão veio e me deu uma casa... até eu vir para aqui [para o assentamento].”

Segundo Antônio, os patrões começaram a *entender* que os trabalhadores do sindicato não eram *comunistas* e fizeram seu próprio sindicato patronal. O patrão deixou de ter *raiva* dele, lhe deu uma *casa* e hoje é seu *amigo*. “Passou o tempo, e eles não tinham mais raiva passada a Revolução. Na Revolução morreu muita gente aqui. Morreu muito sindicalizado, muito lutador que morava na propriedade”, contou.

“E a luta foi essa aqui.” Antônio já havia sido entrevistado várias vezes e ele havia contado a história da *luta de Belém*. A *luta* não havia sido fácil e Antônio a tinha muito presente: “Eu sinto muito aqui nossa luta, dizer aquilo que foi passado. Isso aqui é realidade, não foi brincadeira, não. Perdemos muitos amigos da gente nesse tempo. Raparam a cabeça, dizia que era comunista”. Havia algum tempo Antônio estivera na casa de Manoel de Bete e pôde recordar com ele a “luta de Belém”. Tudo havia acontecido “de 1962 para cá”.

A organização sindical dos *moradores* trouxe consigo o mundo dos *direitos*, mas aqueles que integravam o sindicato, além de se constituírem como *trabalhadores*, também tinham se constituído como *moradores*, e assim como pensavam sobre os direitos do trabalhador e se vinculavam com seus *amigos* do sindicato e da *luta* também mantinham relações com seus vizinhos e suas vizinhas, suas esposas, suas mães, seus pais, seus irmãos e suas irmãs, seus cunhados e suas cunhadas, e mantinham, aliás, relação complexa com o patrão. Como as experiências de sindicalização impregnam

tudo aquilo, tudo aquilo também impregna essas experiências e intervém nas reconstruções que sobre elas fazem as pessoas da Belém. A interiorização dos *direitos* torna possível a narrativa da *luta* da Belém, mas essa *luta* não se entende caso não se leve em conta o mundo para além dos direitos.

Manoel entra no sindicato

Na época em que começaram as reuniões do sindicato, Manoel de Bete, o primeiro delegado sindical da Belém, *morava* em Rocas, outra das *comunidades* erigidas em terras da antiga fazenda. Gregório, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus, me recomendou falar com Manoel sobre o assunto e me levou até sua casa para que pudesse fazer *uma reportagem*.

- O senhor pode contar a ela como o Jorge Fernandes vinha fazer reunião na sua casa, nos cajueiros..., disse a Manoel, introduzindo a entrevista que eu queria fazer com ele.
- Graças a Deus! respondeu Manoel. E Gregório prosseguiu:
- Fica aí para conversar com ela.
- Mas é muita coisa, não vou contar tudo já. Eu fui fundador do sindicato de Bom Jesus, não fui não? disse Manoel.
- Foi, afirmou Gregório, e Manoel começou seu relato.

Após anunciar seus 93 anos, manifestou o extenso e inapreensível do vivido e a impossibilidade de fazer um relato exaustivo. Há mais do que é possível dizer, do que é possível recordar em um curto período de tempo. “Eu tenho muita coisa para contar, mas de há pouco, tenho muita coisa para contar, mas a gente esquece.” Apesar dessa impossibilidade, Manoel podia me contar algo de suas vivências, ainda que somente uma pequena parte. “Mas pode gravar e levar para lá, que a coisa aqui nunca foi boa, não. Depois que esse povo morreu [os proprietários], melhorou um pouco. Eu nasci e me criei aqui em Belém. A injustiça... mataram muita gente aqui.”

Jorge Fernandes havia sido seu *amigo de trabalho*:

Eu fui fundador do sindicato. O Jorge Fernandes estava mais eu e, hoje, é doutor, advogado. Ele trabalhava mais eu, ia lá em casa, almoçava mais eu, aí depois foi o negócio de Revolução, aí teve que sair não sei pra onde [...] Aqui minha luta foi grande, ele sabe.

Quando voltou, Jorge Fernandes o apresentou como um *grande amigo* e o legitimou como representante do sindicato, levando seu nome a todos os rincões do mundo, até chegar ao fim do mundo, como a minha presença ali evidenciava.

É possível observar que Manoel, Antônio e outros antigos *moradores* que protagonizaram as experiências sindicais, usam a categoria de *amizade* quando se referem a quem participou com eles da organização sindical. Este uso permite pensar que as relações que se entabulavam a partir do sindicato iam para além de laços formais; que nelas entravam em jogo vínculos pessoais que impregnavam a organização, a qual não implicava unicamente o desenvolvimento de papéis institucionais.

Por outro lado, em meio a essa *amizade*, a organização passava a “atravessar no dia a dia o fluxo das ações e interações que fazem o cotidiano das pessoas” (Palmeira, 2009, p. 128). E, com isso, ao menos para aqueles que entabularam laços na organização, o sindicato não se vivia como “externo”, no sentido dado por Palmeira (2009) e Heredia (2009) ao falarem da percepção da política em diversas comunidades rurais, e, sim, entre laços sociais que impregnavam a sua cotidianidade, ele se fazia parte das relações que constituíam a vida de todos os dias.

Para os habitantes da Belém que participaram daquilo o sindicato se vive como próprio, como a construção daqueles que compartilharam uma *luta* na qual iniciaram relações de *amizade*, não só com outros *moradores*, também com as pessoas que não eram dali e que chegaram falando dos *direitos*. Apesar das distâncias, a *amizade* que os uniu e a *luta* que fizeram juntos fazem do sindicato e dos direitos não algo de fora, nem algo desconhecido, mas uma parte das próprias experiências. Isto permite que o “tempo do sindicato” seja também, como havia dito Antônio em uma frase já citada, o tempo dos *moradores* da Belém que o construíram e que a narração da vivência de cada um deles se funda com a narração do começo da organização sindical na Belém.

Manoel havia sido eleito um dos representantes do sindicato de Bom Jesus. De acordo com ele, diante da oposição do *povo dos Melo* (o sobrenome da família proprietária), a reunião que formalizou a organização na Belém teve de ser feita *na marra*. “O Jorge Fernandes, nós fizemos a reunião na marra, nós dois.” Os Melo passaram por ali. Sua intenção era cruzar com seus veículos em meio aos *moradores* reunidos. Não obstante, ao verem que havia cerca de duas mil pessoas, mudaram de ideia. “Quando os Melo passaram, se esconderam [...] Passaram no meio não. Se esconderam com medo da gente, que era gente em todo canto.”

Depois disso, Toninho, um dos proprietários da fazenda, mandou chamá-lo. “Eu não devo a ninguém e eu fui”, observou Manoel.

- Por que é que fizeram esse sindicato? perguntou o fazendeiro.
- Porque precisava, a gente precisa de documento, respondeu Manoel. E Toninho tentou persuadi-lo:
- Não, mas a “Liga Camponesa” é de comunista, não sei o quê, não sei o quê... Manoel o interrompeu:
- Não, eu não quero saber de Liga Camponesa. O que eu quero saber é do direito que eu quero ter, o sindicato é a lei para a gente tirar um documento bom.
- Não, que isso é para tomar o que é do povo, não sei o quê, não sei o quê..., insistiu o fazendeiro. “Aí, eu tinha uma roça lá, aí botou a questão”, observou Manoel.

A entrada de Manoel no sindicato abriu um enfrentamento direto com o fazendeiro. “Se o senhor não me quer na propriedade, eu saio”, disse a Toninho quando ele quis *ocupar* a sua roça sem deixar que ele vendesse o que havia plantado, o que colocava em xeque as regras que codificavam a relação entre um e outro. O fazendeiro “botou na mão do juiz, o juiz mandou me chamar”, disse Manoel.

Uma vez diante do juiz, decidiu enfrentá-lo e lhe dizer que era um “comunista” por querer se apropriar da sua roça: “O juiz era outro *ladrão* que nem ele, queria tomar a roça para eles dois”. “O primeiro comunista do Brasil é você, viu? Porque você quer tomar meu suor [...] Eu sou pobre, mas eu tenho meus direitos”, disse então ao juiz. “Eu chamei o juiz de comunista, eu chamei na cara dele”, conta Manoel.

A questão demorou dois anos. “Foi de Natal para o Rio de Janeiro, no tribunal do Rio de Janeiro.” Nesse período Manoel foi defendido pelos advogados do sindicato, que disseram a Toninho: “É costume de vocês mandarem matar, mas esse aí é nosso, viu? Se ele morrer deitado na cama dele foram vocês que mandaram matar, viu?” Manoel me explica: “Porque qualquer coisa, ele mandava matar. Eu nunca *confiei* não, que se eu morresse ninguém sabia.”

A questão chegou a um tribunal de Justiça e encerrou-se ali. Manoel e seus advogados encontravam-se diante do “doutor do tribunal”, que “abriu a gaveta, tirou meu caso e disse: ‘Caso Manoel de Bete. Diga a ele que tá na mão dele, só Deus é quem arranca’”. “Graças a Deus!”, me disse Manoel com um sorriso: havia conseguido manter a sua roça. No entanto, não conseguiu por isso anular a *desconfiança* com o fazendeiro: “Aí, ele nunca teve *raiva* de mim, não, mas nunca confiei nele, que a gente (daqui) nunca deve confiar em nada [...] Eu nunca corri, não, nunca tive *medo*, não, mas

nunca confiei nele [...] Graças a Deus, hoje se acabou isso.” As questões que eram resolvidas na Justiça nem por isso o eram na vida de todos os dias. “Eu estou satisfeito, meu santo é muito (forte). Uma pessoa pobre, sem futuro, mas meu santo é (forte), nunca me entregou não, nunca. Estou com 93 anos”. Manoel ri. “Gravou alguma coisa?”

Gravei aquilo e vários episódios de enfrentamento que me foram contados por Manoel e por outros narradores. Haviam começado as audiências judiciais e as tentativas de expulsar os *moradores* sindicalizados da propriedade. Como deixam ver algumas notícias de 1962 publicadas em *A Ordem*, jornal da Arquidiocese de Natal, os donos da fazenda procediam à expulsão dos *moradores* tanto por notificações judiciais, legalmente aceitas, como por meio de diversas ameaças ou agressões. Diante disso, os *moradores* exigiam o direito à indenização pelas benfeitorias e pelos bens produzidos naquela propriedade. Esses enfrentamentos não eram meramente judiciais, chegavam a situações nas quais as relações cara a cara com o patrão, a *desconfiança*, o *medo*, as *dívidas* de um com o outro e as apropriações não regradas do produto do trabalho dos *moradores* por parte do proprietário – que convertiam este último em um *ladrão* – cobravam grande importância.

Entre as várias lembranças que Manoel reconstruiu encontram-se diversos enfrentamentos com os proprietários, em torno da *diária* ou das tentativas por parte dos *moradores* de plantar cultivos de subsistência em áreas que os proprietários cultivavam comercialmente e que haviam sido trabalhadas gratuitamente pelos primeiros. Aqui me deterei na lembrança que narra o encarceramento de Manoel.

Ele foi preso durante a *Revolução*. Voltava do trabalho em seu roçado e, enquanto o fazia, ia colocando veneno de formigas na cerca que contornava suas plantações. Naquele momento “não estava sabendo de nada”. Quando estava na cerca um policial aproximou-se e, com a intenção de ajudá-lo, disse: “Manoel, a coisa não está boa, não”. Sem dar tanta importância àquilo, Manoel lhe respondeu: “Não tem nada, não, melhora depois”.

“Ele sabia do negócio lá, né?”, me disse Manoel sobre o policial. À medida que ia se aproximando de sua casa, os *chaleiras*⁸ se colocaram atrás dele e começaram a

⁸ *Chaleira* é uma expressão que os antigos *moradores* da Belém usam para referir-se aos empregados do proprietário que ficavam do lado do patrão.

chamá-lo e a ameaçá-lo com um facão. “O que é isso rapaz, está assombrado?”, lhe diziam.

“Era a revolução, né?”, afirmou Manoel. Eram 5h da tarde quando chegou. Sua casa estava repleta de gente, havia cinco policiais e os *chaleiras* que vinham junto com ele. Manoel disse: “Se eu estou devendo, preciso pagar. Eu não estou devendo nada a ninguém, mas se eu devo, vou pagar”. Para Manoel, ficar em dívida era desmoralizante.

“Eu não devia nada a ninguém, graças a Deus, até hoje não devo nada a ninguém”, disse para mim. Manoel deixou sua casa a cavalo. Um *morador* já havia sido preso e se encontrava ali. Dirigiam-se agora para Lagoa da Montanha, à casa de outro *morador*. Então eles ficaram presos durante quatro dias em Bom Jesus.

Maria das Dores Meireles, segundo Manoel “uma moça velha de 40 anos, funcionária do Ministério de Trabalho” que trabalhava no sindicato com ele, soube daquilo de sábado para domingo. Ficou desesperada, lembrou Manoel: “Ela gostava, Deus no céu e eu na terra, ela gostava muito de mim”. Passava dias inteiros na sua casa, junto com professores, professoras, padres, doutores. “Graças a Deus, tudo mundo gostava de mim e gosta ainda hoje, tudo mundo aqui, eu me entendo com tudo mundo.”

Na segunda-feira Maria das Dores foi falar com um vereador para lhe dizer que “tinha um bocado de trabalhador preso”. O vereador “mandou boas palavras para nós, que o delegado soltasse nós”. Após aquilo, Maria das Dores esperou. Passados quatro dias foi falar novamente e eles foram soltos. “Aquela ali era a minha mãe, era a minha filha, tudo”, disse Manoel sobre Maria das Dores. São aqui categorias de parentesco, em vez da *amizade*, que expressam o laço de Manoel com quem se ligava a ele a partir da organização sindical.

Depois disso, Manoel deu parte do ocorrido, “denunciando que eu fui preso”, me disse. Ter sido preso era para ele uma desonra. Quando mandaram lhe chamar, não teve *medo* e, uma vez em Bom Jesus, disse ao delegado de polícia: “Olha, eu quero saber por que eu fui preso, eu não sou *ladrão*, não sou *criminoso*, não sou *desonesto*, não sou nada disso, sou *homem da minha casa*”. O delegado respondeu com uma alusão ao sindicato, e Manoel discutiu: “Sindicato não, não entende, não, delegado; foi dinheiro que você comeu, a bola que você comeu”.

“Eu disse na cara dele, aí, graças a Deus, nunca tive medo.” Manoel era um “homem da sua casa”. Ser preso o impactou, pois isso não correspondia com a vida que levava: não era *criminoso*, não era *desonesto*, não era *ladrão*, mas havia sido preso.

“Iam fazer injustiça, com analfabeto faziam, né?” A situação de ser preso significava naquele contexto uma considerável humilhação e deixava em Manoel uma grande marca.

Não foi aí que terminaram suas interlocuções com juízes e a polícia. Quando fala delas não se detém no processo legal, tudo aquilo era pouco claro para Manoel e não mostrava maior relevância. Ele relata minuciosamente os diálogos que com destreza soube manter nesses momentos excepcionais, desconhecidos e assustadores que, de modo repentino, aconteciam. Sua destreza, sua valentia, sua honestidade, sua liberdade quanto a dívidas, sua necessidade de aclarar por que o haviam tratado como um *criminoso*, sua boa relação com as pessoas e a ajuda daqueles que gostavam dele: no seu relato são centrais os valores morais dos quais se mostra portador e que tornam paradoxal muitos dos tratamentos aos quais teve que submeter-se nessa época. Manoel apresenta-se como um bom *morador* que pagava suas dívidas, um bom vizinho de quem todos gostavam, mas também como um *trabalhador* com *direitos* que soube, sem *nervos* nem *medo*, fazer frente às *injustiças* da Belém.

Considerações finais

A chegada do sindicato dos trabalhadores rurais marca o “tempo em que começou o movimento sindical”, que também era o *tempo* daqueles que *entraram na luta*. Este tempo opõe-se ao *tempo dos escravos* e dá início ao fim da *escravidão* na Belém, inicia a *luta* pela libertação. Entre as pessoas reconhecidas para contar essa *luta* estão *ex-moradores* que participaram das experiências sindicais daquela época, das experiências por meio das quais entraram no mundo dos *direitos*, dos *documentos* e *papéis* que materializavam esses direitos e os constituíam como *trabalhadores rurais*, como trabalhadores com direitos estabelecidos por lei.

Seus relatos sobre o nascimento da organização sindical fundem-se com os relatos das suas próprias experiências naqueles anos. Essas narrativas aderem à vida de todos os dias e mostram a organização sindical de uma perspectiva que os vizinhos do lugar reconhecem. O comparecimento às reuniões que aconteciam sob a sombra das árvores do lugar, a fuga de Antônio de Ribeiro para São Paulo, a prisão dos demais e as

demolições de casas, entre outras, eram questões que os habitantes da Belém conheciam a partir de seus laços de vizinhança. Eles sabiam o que havia ocorrido com seus vizinhos como sabiam o que estava ocorrendo no lugar onde viviam. Manoel de Bete, por exemplo, soube de seus jovens vizinhos cuja casa foi derrubada por ordem do proprietário, enquanto Teresinha e os outros habitantes da Belém estavam a par de que Antônio fora obrigado a deixar o lugar ou de que sua casa havia sido demolida. A *luta*, a criação do sindicato e a ditadura impregnam as vivências no lugar e se deixam banhar por uma moral compartilhada entre aqueles que ali viviam.

Nas narrações acerca da fuga de Antônio, por exemplo, podemos ver que as relações familiares e de vizinhança e os circuitos de reciprocidade implicados nessas relações tornam-se centrais. O relato de sua perseguição durante a ditadura não se separa da casa que estava construindo para se casar, do noivado que mantinha, da ajuda de sua mãe, de sua irmã e de seus dois cunhados. Nessa dinâmica familiar e de vizinhos que sua fuga implica, as mulheres ganham um lugar protagônico.

Fátima, naquele momento a prometida de Antônio, torna-se uma voz que narra aquilo em primeira pessoa. Apesar de não ser a voz autorizada para falar da *luta*, quando o faz a meu pedido começa a narrar a sua própria experiência e faz da *luta* uma experiência também das mulheres. Teresinha, por sua vez, sugere a Antônio que me conte sobre a sua casa e seu casamento perdidos, enfatizando aquele aspecto que era tão próximo às suas próprias vivências. Com a voz das mulheres (e não somente destas, como também com o relato de Antônio) a família dos *moradores* aparece, e o faz nos momentos mais críticos da ditadura, nos de maior protagonismo feminino, nos momentos de grande *sofrimento*.

A experiência das mulheres, aquela dos homens e a luta sindical têm aqui um ponto de convergência. As mulheres adquirem um lugar destacado na narrativa sindical, feminizando o relato masculino da ditadura, que também se faz parte do âmbito da vizinhança. Quando consideramos os processos sindicais em toda a sua complexidade, a qual incorpora tanto os direitos e a organização legal dos trabalhadores quanto as suas experiências, as suas relações pessoais, familiares, de vizinhança, as suas relações de *moradia* e o mundo moral no qual viviam, a organização sindical, aparentemente masculina, se enreda com a vivência das mulheres.

Durante a sua organização, os *moradores* começaram a viver rupturas nos modos de relação aos quais estavam acostumados. Novas identidades, como a de

trabalhador, tomavam forma, novas regras, como os *direitos*, adquiriam espaço, mas não por isso se desfaziam as demais normas e relações identitárias, as quais os *moradores* viam, dia a dia, ser burladas pelos proprietários. Não era possível ter *confiança* no fazendeiro, disse Manoel de Bete. Antônio de Ribeiro, por sua vez, viu serem quebradas as regras da *morada* quando sua casa, essa casa nova que havia sido construída por ele, como fazia todo jovem que estava para se casar, foi demolida pelo proprietário. Eles, que eram “homens de sua casa”, estavam sendo agora, em sua conformação como *trabalhadores com direitos*, perseguidos, presos e tendo a cabeça raspada como meros “ladrões de galinha”. Entre outras coisas, os proprietários os humilhavam, estavam atacando uma identidade construída na relação com seus vizinhos e também com seus patrões.

É possível ver, por exemplo, como na reconstrução daquelas experiências Manoel de Bete responde a esses ataques e reivindica a sua moral. Ele reafirma sua posição social, suas boas relações com os vizinhos e com aqueles que não o eram, com seus *amigos*, com aqueles prestigiosos professores/as, padres, *doutores/as* que o apreciavam e que o *ajudaram* nos momentos mais difíceis. Manoel destaca sua condição de *trabalhador* e de pessoa que paga as *dívidas* que contrai. Assinala também o caráter imoral dos ataques dos fazendeiros que, como *ladrões*, queriam apropriar-se de uma forma não admitida dos produtos de seu trabalho, que, como pessoas nas quais não se podia *confiar*, atacavam quando o adversário estava indefeso. As destrezas heroicas que Manoel reconstrói no mundo judicial também se vêm impregnadas por uma reafirmação de sua integridade: Manoel clareia ali tudo que há para clarear e, sem *medo*, enfrenta as acusações infundadas.

Como dar conta das perseguições dos trabalhadores sem considerar a *raiva* que eles viam no proprietário? Como pensar a entrada de Antônio no sindicato sem olhar para o seu sentimento de *revolta*? Como entender as experiências judiciais dos *moradores* sindicalizados sem atender aos *medos* e *nervos* que aquilo podia gerar? Como pensar os encarceramentos sem ter em conta as cabeças raspadas e a humilhação que isso trazia? Ou as fugas dos trabalhadores sindicalizados sem olhar para o *sofrimento* dos *moradores* e as suas famílias, assim como para a *proteção* destas últimas? Enfim, se assumimos que os discursos sobre sentimentos se vinculam à política em um sentido amplo do termo (Abu-Lughod, 1999), como pensar então, de modo

satisfatório, a constituição de direitos sem ter em conta os sentimentos pessoais, os valores morais e as relações que dia a dia as pessoas da Belém recriavam?

Os relatos vívidos dos *ex-moradores* sobre a ditadura e antes dela dão conta de imbricações entre esferas aparentemente separadas, aquela das leis e do direito nacional, institucional e “impessoal” e a esfera das relações pessoais, de vizinhança, familiares, de gênero e de *morada*. O direito se fazia parte do mundo moral dos habitantes da fazenda; a vivência deste dava-se a partir dos enfrentamentos com o patrão, das experiências de *luta*, assim como dos laços de *amizade*, não só entre *moradores*, também entre eles e habitantes da cidade. É a interiorização do direito por parte dos habitantes da Belém que permite que eles falem da *luta*. Por sua vez, o mundo moral filtrava-se na vivência dos direitos, a qual não escapa do restante das relações recriadas pelas pessoas entre as quais se foi forjando. Um se faz do outro, as relações de vizinhança e familiares, os circuitos de reciprocidade e os valores morais dos habitantes da Belém tornam-se parte das experiências sindicais, da *luta* dos *trabalhadores* contra os seus patrões, e esta *luta* também se imiscui nas relações de vizinhança e integra o universo de significações dos habitantes da Belém.

Referências

A ORDEM. Jornal da Arquidiocese de Natal. Natal, 1962.

ABU-LUGHOD, Lila. *Veiled sentiments: honor and poetry in a bedouin society*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1999.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; ESTERCI, Neide. *Quixadá: a formação do povoado e o acesso à terra pelos pequenos produtores*. Projeto Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 1977a. (Mimeo.)

_____. *Terras soltas e o avanço das cercas*. Projeto Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 1977b. (Mimeo.)

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. Recife: Ed. UFPE, 1998.

BAILEY, Frederick G. *Gifts and poison: the politics of reputation*. Oxford: Basil Blackwell, 1971.

BASTOS, Eliane Cantarino O’Dwyer Gonçalves. *A cultura de algodão no sertão paraibano*. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, s/d. (Mimeo.)

CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradições populares da pecuária nordestina*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, 1956.

COMERFORD, John. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

CRUZ, Dalcy da Silva. Igreja Católica no RN: participação política e social nos anos 60. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (org.). *Igreja e política no RN: momentos de uma trajetória*. Natal: Z Comunicação/Sebo Vermelho, 2000.

FIGURELLI, Mónica Fernanda. *Família, escravidão, luta: histórias contadas de uma antiga fazenda*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

GARCIA JR, Afrânio Raul. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HEREDIA, Beatriz María Alasia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *As transformações sociais na plantation canavieira: o caso do sul de Alagoas*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 1986.

_____. Política, família, comunidade. In: PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009, p. 111-123.

JOHNSON, Allen W. *Sharecroppers of the Sertão: economics and dependence on a brazilian plantation*. Stanford, California: Stanford University Press, 1971.

MAUSS, Marcel. Ensayo sobre el don. Forma y razón del intercambio en las sociedades arcaicas. In: *Sociología y Antropología*. Madrid: Tecnos, 1971.

PALMEIRA, Moacir. Eleição municipal, política e cidadania. In: PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009, p. 125-137.

_____. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Contraponto*, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Noel Nutels, v. II, n. 2, p. 103-114, 1977.

_____. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, v. 1, n. 1, p. 41-56, 1979.

_____. *O trabalho livre nos engenhos: renda, salário, dívida*. s/d. (Mimeo.)

PEIRANO, Mariza G. S. De que serve um documento? In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

PROJETO MEMÓRIA CAMPONESA E CULTURA POPULAR. Entrevista de Antônio de Ribeiro concedida a Moacir Palmeira em maio de 2008.

SIGAUD, Lygia. *A nação dos homens: uma análise regional de ideologia*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 1971.

_____. *Os clandestinos e os direitos*: Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.